

# Organização do Mundo Islâmico para Educação, Ciência e Cultura: um Espaço do “Outro” Complementar ou Substitutivo à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura?

*Francisca Marques Falcetta<sup>1</sup>*

*Luiza Cerveira Kampff<sup>2</sup>*

*Matheus Chiot Teixeira<sup>3</sup>*

*Raquel Abifadel Fernandes<sup>4</sup>*

**Resumo:** A Organização do Mundo Islâmico para Educação, Ciência e Cultura (ISESCO) se propõe a atuar como um órgão internacional voltado para a proteção, manutenção e valorização da cultura islâmica. Este artigo objetiva-se um estudo acerca do papel dessa Organização Internacional (OI) por meio do uso do viés teórico pós-colonial para definir a validade da presença de um agente exclusivamente muçulmano para representar os interesses dessa cultura subalternizada. Assim, é ponderado o posicionamento da ISESCO sobre a questão dos patrimônios culturais do mundo islâmico frente ao órgão universalista e internacionalmente consolidado das Nações Unidas voltado para aspectos culturais, discutindo se a organização islâmica se propõe como uma substituta ou complementar ao papel da UNESCO.

**Palavras-chave:** ISESCO. Pós-colonialismo. Patrimônio cultural. UNESCO.

---

1 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

3 Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

4 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## 1 Introdução

A cultura é fundamental não apenas para a criação de uma identidade em comum, mas também para a preservação de um povo. Segundo Spivak, não há definição confortável e única para cultura e seu processo de formação, enquanto encontrar uma determinada palavra ou estrutura que explique a cultura é um reflexo do desejo teórico de controlar o conhecimento (SPIVAK, 1996). De uma maneira mais ampla, e partindo de um lugar de fala centrado no Oriente Médio, Edward Said (2011, p. 14; 2011, p. 13) define cultura dentro do que como “elemento de elevação e refinamento, o que de melhor produz uma sociedade no saber e no pensamento” ou, ainda, de maneira mais pragmática, como “as artes da descrição, comunicação e representação, com relativa autonomia dos campos econômico, político e social”. A passagem de tradições e o fortalecimento de sua construção social são feitas através de heranças, materiais e imateriais, que servem para estudar e compreender seu passado, presente e futuro – sendo essas monumentos, grupos de construções ou áreas (CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972). A criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, sigla em inglês) se passa em um cenário pós-guerra, com a predominância dos ideais das nações Aliadas, carregando conceitos ditos universais e de interesse de todo o Sistema Internacional, como a diplomacia e os direitos humanos. Contudo, a propagação dessa compreensão ocidentalizada e eurocêntrica marginalizou nações, povos e culturas (SPIVAK, 2010). O saber universalista, de bases eurocêntricas e forças civilizatórias, implicam uma matriz unilateral e legítima de conhecimento e análise, abarcando os campos políticos, culturais, religiosos e econômicos, permitindo a hegemonia desse pensamento (WALLERSTEIN, 2006).

Com o conjunto de revoltas populares de base religiosa muçulmana no início do século XX – como os protestos na cidade sagrada de Qom, no Irã, provocando greves gerais e a forte repressão do xá e resultando na Revolução Islâmica de 1979 –, há um renascimento da cultura islâmica<sup>5</sup>, objetivando criar uma organização que

5 O renascimento cultural islâmico, também chamado de Al-Nahda, foi uma série de movimentos que ocorreram no final do século XIX e durante o século XX embasados na cultura e religião islâmicas para criar uma unidade nacional de enfrentamento às potências colonizadoras. Entre esses movimentos se destacam a Revolução egípcia contra a ocupação francesa e inglesa e os movimentos revolucionários de independização nas áreas árabes do Império Otomano, como o Líbano e a Síria (SHEEHI, 2004).

pudesse servir aos interesses da *Umma*<sup>6</sup> (COGGIOLA, 2008). A Organização do Mundo Islâmico para a Educação, a Ciência e a Cultura (ISESCO, sigla em inglês) surge após a Nona Conferência Islâmica de Ministros do Exterior, em 1978. É fundamental ressaltar que o conceito de mundo islâmico, utilizado com base para a ISESCO, não se delimita ao espaço geográfico do Oriente Médio, se estendendo e consagrando 57 Estados membros da Organização para Cooperação Islâmica. Ao buscar informações sobre as organizações do Mundo Islâmico, é possível observar, em diferentes análises conjunturais, a sobreposição da narrativa ocidental como homogênea, universal e neutra para analisar a relevância desses regimes no Sistema Internacional. Entretanto, como aponta a teórica Gayatri Spivak, em “Pode o Subalterno Falar?”, apesar de haver uma tentativa dos teóricos europeus e estadunidenses de aproximar seu estudo da “realidade concreta” e do que “realmente ocorreu”, a melhor análise pode ser obtida através de uma perspectiva subalterna, valorizando a experiência do oprimido, substituindo a tentativa de universalizar e homogeneizar narrativas (SPIVAK, 2010). Edward Said complementa o debate sobre a importância da cultura na percepção analítica do Sistema Internacional, não sendo uma esfera particular e isolada, mas sim um fenômeno essencial para sua construção, tendo os patrimônios da humanidade como perpetuadores de identidades e estruturas sociais (CARVALHO, 2010).

A divergência de narrativas e relações teóricas, criando a figura do “Outro” é definidor ao considerar o papel da ISESCO na organização das estruturas sociais do mundo subalterno, sendo uma alternativa para a proteção da herança e identidade da *Umma* nos séculos XX e XXI. O questionamento sobre o papel no Sistema Internacional dessa organização deve ser debatido como um participante complementar à proteção do patrimônio cultural estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), ou um sucessor dessa responsabilidade global.

Dessa forma, este artigo pretende ser um estudo qualitativo, fundamentando-se na análise de documentos formulados pela Organização do Mundo Islâmico para a Educação, Ciência e Cultura. Os documentos analisados, entre eles a Declaração Islâmica sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Mundo Islâmico, relatórios de reuniões do comitê, lista de patrimônios culturais islâmicos

---

6 Termo islâmico que representa a comunidade muçulmana como uma unidade essencial e igualitária entre todos aqueles que se identificam com essa cultura (UMMAH, 2020).

e relatórios sobre casos estão presentes no site da organização e são abertos ao público. A análise dos documentos, juntamente à leitura pós-colonial da questão, busca compreender a maneira como a ISESCO age com relação ao patrimônio cultural do povo muçulmano com base no seu histórico, e também visa elencar os principais pontos de preocupação da organização, assim como de diferenciação dela com relação à UNESCO, organização com papel similar na estrutura das Nações Unidas.

## **2 Pode o Povo Islâmico Falar?**

A análise da ISESCO oferece uma perspectiva diferente sobre questões comuns na agenda internacional, como o fomento ao desenvolvimento tecnológico, o investimento na educação e a proteção do patrimônio cultural. A ISESCO surge como uma alternativa às organizações ocidentais que, por vezes, marginalizam questões orientais, problemas relacionados ao povo islâmico, como a ISESCO pretende tratar. Calçada em objetivos que colocam o Oriente Médio como centro do debate, pode-se dizer que a ISESCO tem um papel fundamental na contemporaneidade, numa conjuntura em que os antigos países coloniais tomam para si o protagonismo em um cenário de desenvolvimento mundial. Dentro da estrutura organizacional da ISESCO, um dos seus principais órgãos é o Comitê do Patrimônio do Mundo Islâmico, que se propõe a tratar da proteção do patrimônio cultural islâmico, constantemente ameaçado por guerras que ocorrem na região do Oriente Médio (ORGANIZAÇÃO DO MUNDO ISLÂMICO PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 2010).

O pós-colonialismo se apresenta como alternativa, dentro da compreensão da ISESCO, para colocar a organização no centro da análise, com plena capacidade de estruturação e de resolução dos problemas locais. Ballestrin (2013) propõe duas leituras a partir do pós-colonialismo: a primeira considera o tempo histórico após o colonialismo, ou seja, o contexto de descolonização de países da Ásia e da África no século XX, destacando a libertação destas sociedades, assim como os impactos deste período histórico marcado pela exploração na conjuntura atual; a segunda linha do pós-colonialismo considera uma série de contribuições acadêmicas oriundas dos estudos literários e culturais nos anos 1980, principalmente na Europa e nos

Estados Unidos, que buscaram evidenciar os efeitos da colonização sobre as sociedades submetidas a tal processo.

Observando a origem histórica da diferenciação de poder no cenário internacional, assim como a condição de marginalização de povos anteriormente colonizados, o pós-colonialismo propõe uma análise que coloca questões relacionadas à raça, ao gênero e à classe social como necessárias para a compreensão da sociedade contemporânea, ainda marcada pelo imperialismo que se impôs nos séculos passados (JONES, 2006). O pós-colonialismo oferece, ainda, uma nova forma de pensar sobre temas complexos, questões que envolvem variação de identidade, transformações na estrutura de poder e no estabelecimento de valores, com multiplicidade de perspectivas, de ferramentas de análise e de alternativas para a compreensão da questão (GROVOGUI, 2010). A compreensão de toda a estrutura de opressão, entre Estados e indivíduos, é essencial para localizar a raiz do problema e oferecer alternativas viáveis, que considerem o contexto social, histórico, econômico e cultural local (CHAKRABORTY, 2017).

Assim, o pós-colonialismo se mostra uma alternativa adequada para analisar uma organização tal qual a ISESCO, na esfera da proteção ao patrimônio cultural, visto que as intenções da teoria se expandem para além de questões políticas ou econômicas, mas observam também a conjuntura social e histórica regional aliadas às dinâmicas de poder. Identificando a fala de autores como Gayatri Spivak (1988) e Edward Said (2003), podemos concluir a relevância de conceitos pós-coloniais para tal análise.

Said (2003) analisa a construção e a representação do “Outro” nas relações internacionais como uma forma de contraste, evidenciando que a relação entre o oriente e ocidente acaba por determinar qual será o papel de cada um, criando um binarismo pela oposição que o ocidente cria com relação ao oriente, baseada na tradição judaico cristã que parte de considerações maniqueístas, diferenciando contextos e povos entre bom e mau. O autor ainda destaca a necessidade de se pensar sobre os constantes ataques direcionados ao mundo islâmico, seja pela suposta insuficiência de democracia, seja pela carência em direitos para as mulheres, ataques que ignoram a dimensão de conceitos como modernidade e democracia, que podem coexistir com múltiplos significados e que passam longe de ser consensuais. No

mesmo sentido de Said, Agnew (1998) aponta para a linguagem binária formulada e utilizada pelos antigos colonizadores, que criam categorias opostas, como desenvolvido de um lado e subdesenvolvido de outro, perpetuando as relações coloniais e de poder por meio da linguagem.

Spivak (1988) contribui para a formação da teoria pós-colonial, principalmente por meio dos estudos subalternos. A autora nega um essencialismo do sujeito e da história, ou seja, não há uma história única e singular, não existe um sujeito livre de influências e singular, negar a existência de outras narrativas é uma forma de invisibilizar diferentes realidades e trajetórias concomitantes, é uma forma de violência epistêmica. A autora, com isso, coloca em foco a figura do sujeito subalterno, sujeito das camadas mais baixas da sociedade que dificilmente tem a oportunidade de fala, ou à representação, e repensa categorias sociais que atribuem o mesmo significado a realidades bastante diferentes, supondo a existência de um sujeito único e universal. Nesse sentido, Adichie (2019) destaca o perigo de uma história única, o perigo de uma representação homogênea de um povo, de um Estado, de uma sociedade, sem diferenciações, seja na Literatura, nas Artes ou na História. Conceber e produzir uma única narrativa, assim, também é responsável por eternizar concepções errôneas e por inviabilizar a existência de diversidades, de diferentes histórias.

### **3 A ISESCO como Representação da Cultura Islâmica**

A ISESCO, mesmo se assemelhando em caráter procedimental e finalístico com a UNESCO, possui características singulares que a permitem representar de forma mais apropriada a *Umma*, uma vez que a organização da ONU apresenta certas incompatibilidades em lidar com culturas que divergem do modelo ocidental. Essa pesquisa, por conseguinte, propõe-se a uma análise acerca do papel da ISESCO como representante da comunidade muçulmana frente à consolidação pretensamente universal da UNESCO, investigando se os princípios fundacionais e as funções da ISESCO se constituem elementos de substituição ou de complementação aos da instituição onusiana. Para tanto, será feito um estudo mediante três bases argumentativas com foco no patrimônio cultural: a interpretação das Cartas e Declarações fundacionais dos comitês para patrimônio cultural de ambas

as organizações, mapeando suas principais distinções; por segundo, a análise do rol de elementos mencionados nas listas de Patrimônio Cultural de ambas organizações nos países que fazem parte do Mundo Islâmico; e, por fim, o papel político desempenhado pela organização dentro do conflito Israel-Palestina.

### **3.1 Documentos Fundantes em Patrimônio Cultural: Distinções na Dimensão Normativa UNESCO-ISESCO**

A Declaração Islâmica sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Mundo Islâmico divulgada pela ISESCO, em 2017, como o documento oficial a respeito do posicionamento dessa organização no que tange à questão do patrimônio cultural muçulmano, evidencia a necessidade de um órgão capacitado para lidar com as especificidades da cultura de um povo subalterno que não se encaixa nos padrões delimitados pelo ocidentalismo. Essa tendência de ocidentalismo é aqui entendida como a admissão da superioridade da cultura Ocidental, como ela é a única a qual foi construída sobre valores e verdades presumidamente universais, como por exemplo a democracia, os direitos humanos, a liberdade individual, entre outros (WALLERSTEIN, 2006). Ainda no preâmbulo desse documento, é pontuada a preocupação em utilizar modelos hegemônicos como forma correta de lidar com todos os povos e suas histórias, ignorando suas singularidades: “Considerando as disfunções colidindo com os patrimônios imateriais desses Estados devido aos aspectos negativos da globalização e do impacto do modelo Ocidental sobre outros modelos culturais (...)” (ISESCO, 2017, p. 5, tradução nossa<sup>7</sup>).

Em contraste, a Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial da UNESCO impõe a utilização de um imperialismo cultural, aqui entendido como “o exercício de dominação em relações culturais nas quais os valores, práticas, e significados de uma cultura estrangeira poderosa são impostas sobre uma ou mais culturas nativas” (TOMLINSON, 2012, p. 1), para tratar dos legados históricos de cada civilização. Isso é concretizado por meio da padronização dos meios de proteção e conservação dos patrimônios, o que em consequência leva a uma hierarquização das culturas. Os patrimônios culturais islâmicos ficam submissos portanto a procedimentos de proteção que nem sempre são compatíveis

<sup>7</sup> No original: “Considering the dysfunctions impinging on intangible heritage of these States due to the negative aspects of globalization and to the impact of the Western model on other cultural systems”.

com sua realidade, rebaixando essa cultura a uma posição de sujeito subalterno. Isso pode ser observado em diversos artigos do documento, como é o caso do Artigo 5d<sup>8</sup>, que prevê a adoção de métodos apontados como adequados para a preservação e proteção eficiente dos patrimônios, e mais explicitamente no preâmbulo:

Considerando que é essencial para este propósito adotar novas medidas na forma de uma convenção que estabeleça um sistema de proteção coletiva do patrimônio cultural (...), organizado em uma base permanente e em concordância com métodos científicos modernos (CONVENÇÃO, 1972).

Ademais, outra grande problemática se dá no âmbito das decisões da UNESCO a respeito dos patrimônios culturais, as quais são definidas pelo Comitê do Patrimônio Mundial<sup>9</sup> (WHC, sigla em inglês). A problemática se encontra na participação dos Estados-membros, descrito na terceira seção da Convenção de 1972, Art. 8º, § 2º, “[a] eleição dos membros do Comitê deverá assegurar uma representação equitativa das diferentes regiões e culturas do Mundo”, regiões estas compreendidas pela definição da UNESCO de Grupos Eleitorais por regiões globais. A região representante da cultura islâmica não se consolida como um grupo autônomo dentro dessa classificação, sendo identificado por meio da subcategoria Vb (Estados Árabes), ou seja, divide o número de assentos no WHC com os demais países da região Árabe, e, portanto, fica implícito a não obrigatoriedade da presença de um representante do mundo islâmico, os quais não possui espaço de fala garantido nas decisões tomadas pelo Comitê (MESKELL; LIUZZA; BROWN, 2015). De mesmo modo, não estão garantidas a ocorrência de uma incompatibilidade das necessidades específicas da *Umma* na definição de projetos de preservação ou a aplicação de verbas e manutenção da Lista do Patrimônio Cultural em Perigo para o Mundo Islâmico.

A ISESCO se propõe, então, como uma solução para as possíveis incongruências que o modelo ocidental pode trazer para os patrimônios islâmicos, trazendo abordagens mais compatíveis com as necessidades e especificidades da realidade islâmica. Um exemplo disso é a oitava seção do preâmbulo da Declaração Islâmica sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Mundo Islâmico, a qual

8 “Tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, valorização e restauro do referido patrimônio” (CONVENÇÃO, 1972).

9 No período referente à publicação deste artigo, o Comitê é composto pelos seguintes Estados-Membros: Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Barém, Bósnia e Herzegovina, China, Egito, Espanha, Guatemala, Hungria, Mali, Nigéria, Noruega, Omã, Quirguistão, Rússia, São Cristóvão e Neves, Tailândia e Uganda.



dispõe que este dispositivo legal se constitui: “levando em consideração o dano infligido em construções históricas devido a guerras e desastres naturais, dentre outros fatores, e os saques, contrabando, tráfico ilícito ou escavação de artefatos em diversos Estados Membros” (ISESCO, 2017, p. 5, tradução nossa<sup>10</sup>), a qual se propõe a considerar elementos e problemas próprios da realidade islâmica como forma de proteger os patrimônios de maneira mais compatível com essa realidade, contrastando com o modelo proposto como universal e científico da UNESCO. Ademais, é apontado nas seções do Artigo 8 a necessidade de uma maior atenção para questões próprias da realidade da *Umma*<sup>11</sup>, como o monitoramento especial para locais propensos à guerra, destruição de propriedades culturais por grupos extremistas e desautorização de “todos materiais tendenciosos e estereótipos errôneos (...) por meio de imprensa escrita e audiovisual, livros e pela Internet” (ISESCO, 2017, p. 8, tradução nossa<sup>12</sup>).

Por fim, cabe distinguir como as instituições onusiana e islâmica definem patrimônio cultural. O conceito proposto pela UNESCO parte de um duplo critério cumulativo, inicialmente compondo uma definição por rol de coisas – materiais e imateriais – que podem representar patrimônios culturais, seguido de uma definição subjetiva quanto ao valor universal simbólico de determinada coisa. Como segue no Art. 1º da Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial (1972, s.p.),

para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural: Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo

---

10 No original: “Taking into consideration the damage being inflicted on historic buildings due to wars and natural disasters, among other factors, and the looting, smuggling and illicit trafficking or excavation of artifacts in many Member States”.

11 Algumas seções de maior relevância estão elencadas a seguir: “Monitor the situation of Al-Quds Al-Sharif’s heritage, prepare reports to this end and submit them to the competent party; Monitor the situation of the Islamic heritage located in war-prone places, in compliance with the principles of the charters of the OIC and the UN; Destruction of cultural heritage by extremist groups (ISESCO, 2017, p. 5)”.

12 No original: “All tendentious materials and erroneous stereotypes (...) through the audiovisual and written press, books and on the Internet”.

os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Com uma estrutura similar na construção conceitual de patrimônio cultural islâmico, a ISESCO propõe uma observação do valor universal unido ao valor para a civilização islâmica da coisa a ser listada como patrimônio cultural, como aponta o Art. 2º, § 1º, da Declaração Islâmica sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Mundo Islâmico:

para os propósitos desta Declaração, os seguintes termos devem ter os seguintes significados: Patrimônio Cultural: todas as propriedades móveis, arquitetônicas e intangíveis, incluindo patrimônio submerso, temporariamente ou permanentemente localizados dentro ou fora dos territórios e domínios marítimos dos Estados Membros, e cuja conservação é importante para a civilização islâmica e humana, assim como para sua história, artes e ciências (ISESCO, 2017, p. 6, tradução nossa<sup>13</sup>).

### **3.2 Lista de Patrimônios Culturais Reconhecidos: Implicações das Particularidades da UNESCO e da ISESCO para a Realidade**

Uma segunda importante análise acerca das competências e funções da ISESCO é o mapeamento do rol de patrimônios culturais do povo islâmico reconhecidos pela organização, em especial quando contrapostos com a lista da UNESCO. Por meio do estudo qualitativo de documentos e dados oficiais dessas organizações, fica tangível a diferença de papéis entre ambas, e ainda mais claro o papel da ISESCO em abrir um espaço de fala aos subjugados. Desse modo, serão apresentados os principais traços dos elementos listados como *Patrimônio Cultural da Humanidade* da UNESCO e, posteriormente, qual o caráter central do *Patrimônio Cultural do Mundo Islâmico*.

A UNESCO é uma organização pretensamente universal. Em alguns aspectos isso se cumpre, como no fato de haver mais de 170 locais listados entre rol de patrimônios culturais da humanidade situados em Estados-Membros da Organização para a Cooperação Islâmica – sistema do qual a ISESCO faz parte – (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A

<sup>13</sup> No original: “Art. 2: Definitions: For the purposes of this Declaration, the following terms shall have the following meanings: Cultural heritage: all movable, architectural and intangible property, including underwater heritage, located temporarily or permanently on or outside the territory and maritime domain of the Member States, and whose conservation is useful for the Islamic and human civilization as well as for its history, arts and science”.

CULTURA, 2019a), enquanto a ISESCO, até o momento da escrita deste artigo, admite apenas cinco locais (ISESCO, 2015). Essa amplitude em número, porém, não reflete de fato uma representatividade dos povos subjugados e, ainda menos, uma ideia de universalidade que é proposta pelo sistema ONU.

Dentre os 869 patrimônios culturais da humanidade reconhecidos pela UNESCO (2019b), 453 desses estavam concentrados em 50 países da América do Norte e da Europa, enquanto todos os 54 Estados-Membros da ISESCO tinham reconhecidos apenas 173 locais na lista onusiana. A exclusão da cultura islâmica, contudo, torna-se ainda mais manifesta numa análise de como as obras muçulmanas são relegadas frente às obras cristãs, ou seja, o mundo islâmico segue subjugado ao papel do “Outro”, enquanto o ocidente representado pela cultura segue definindo quais diretrizes representam o universal humano. Isso se faz notório pela existência de apenas três mesquitas entre todos os patrimônios da UNESCO, enquanto, em contraste, existem trinta e sete igrejas e vinte e quatro catedrais listadas (UNESCO, 2019a).

Além disso, mesmo dentre os patrimônios situados em países islâmicos, grande parte dos locais listados pela UNESCO em países de comunidades ainda subjugadas do sistema internacional são elementos que contribuíram diretamente para a cultura ocidental ou que têm origem colonial. Dos três símbolos culturais listados pela UNESCO na Palestina, dois são locais sagrados do cristianismo, em especial o “Local de Nascimento de Jesus” (UNESCO, 2019a), enquanto importantes símbolos do islã são renegados ou omitidos, especialmente a mesquita de Al-Aqsa, como será trazido de maneira mais ampla ao final desta seção. No Irã, por sua vez, as obras certificadas como patrimônio da humanidade são majoritariamente construções e tecnologias persas e mesopotâmicas (UNESCO, 2019a). Essa classificação que exclui em grande parte o patrimônio islâmico reaviva o debate proposto por Said (2003) acerca do roubo do Oriente pelo Ocidente, tanto em maneira abstrata no roubo de tecnologias científicas, conhecimentos e métodos quanto de forma concreta com invasões e saques, levando importantes bens históricos e artísticos da região e não dando crédito ou importância pelo que de fato é valorado na região.

Nesse sentido, a ISESCO se propõe indubitavelmente um espaço de fala dos subjugados, uma voz dos “outros”. Quase todos os *patrimônios culturais do mundo islâmico* (ver tabela 1) – com exceção da Cidade de Al-Quds Al-Sharif – são locais não reconhecidos como patrimônio da humanidade da UNESCO, isto é, a lista da ISESCO se pretende não uma revogação daquela proposta pela instituição onusiana, mas uma lista subsidiária, que contemple os símbolos culturais islâmicos que, majoritariamente por divergências políticas globais ou por falta de um espaço de debate – falta de representatividade dos países islâmicos no Comitê de Patrimônio Mundial –, não foram arrolados pela UNESCO (ISESCO, 2015).

**Tabela 1** – Lista de Patrimônios Culturais do Mundo Islâmico.

Nº de série	Propriedade Cultural	País	Data de Inscrição
1	Cidade de Al-Quds Al-Sharif	Estado da Palestina	2012
2	Monastério Vermelho (Deus Al-Ahmar)	República Árabe do Egito	2012
3	Mesquita Bandiagara	República do Mali	2013
4	O Mustansiriya Madrasah	República do Iraque	2013
5	O Palácio Abbasid	República do Iraque	2013

Fonte: ISESCO, Islamic World Heritage Committee (2015, tradução nossa).

O tema de patrimônio cultural se torna ainda mais relevante para a ISESCO visto que aproximadamente 70% dos locais registrados na lista de patrimônio cultural mundial em perigo, publicada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, encontram-se em países islâmicos. A publicação de tais dados culminou no incentivo do Secretário Geral da ISESCO para que os Estados-Membros enviassem novas inscrições de locais para a lista de Patrimônio Cultural do Mundo Islâmico. Isso, por sua vez, levou à criação, em dezembro de 2019, de um Comitê *ad hoc* da ISESCO para analisar as mais de 130 novas submissões enviadas, as quais ainda estavam em análise quando da escrita do presente artigo (LE DIRECTEUR..., 2019). O ativismo da ISESCO nessa área, ainda, complementa-se pelos novos acordos de

cooperação com a UNESCO, que colocam a proteção do patrimônio cultural do mundo islâmico como uma das prioridades de ambas instituições; além disso, essa cooperação também prevê a futura proposição de arrolamento dos locais listados na Lista de Patrimônio Cultural do Mundo Islâmico na lista da UNESCO de Patrimônios Culturais Mundiais (ALMALIK..., 2019).

### **3.3 Proteção do Patrimônio Cultural Islâmico no Conflito Israel-Palestina: Dando Voz ao Subalterno**

Dentre os patrimônios do mundo islâmico, é necessário pontuar sobre a Cidade de Al-Quds Al-Sharif, na Palestina, que seria para a *Umma* o local mais sagrado dentre todos os patrimônios do mundo islâmico – como referenciado em diversos documentos da ISESCO. Essa seria a porção muçulmana da cidade de Jerusalém, sendo chamada de Al-Quds Al-Sharif, o que significa exatamente “A Cidade Sagrada”, ou seja, uma das capitais da fé islâmica (AL QUDS..., 2019).

Embora a cidade antiga de Jerusalém esteja listada como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, sua essencial relevância para a fé e quanto aos templos muçulmanos é subjugada pela importância demasiada que é dada ao papel histórico da cidade, tratada de maneira superior à sua dimensão transcendental, muito embora a UNESCO reconheça a cidade como importante para as três religiões Abraônicas (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo). Desse modo, esse se tornou mais um ponto nevrálgico da luta dos palestinos e do povo muçulmano em confronto com os avanços territoriais de Israel apoiados por potências ocidentais, em tal proporção que a própria ISESCO criou uma unidade diplomática com a finalidade exclusiva da proteção dos símbolos islâmicos da Cidade de Al-Quds Al-Sharif (AL QUDS..., 2019). No entanto, desde anunciada a proposta de transferência da capital de Israel de Tel-Aviv para Jerusalém, ISESCO e UNESCO têm trabalhado de forma cooperativa e complementar para garantir a proteção dos símbolos e patrimônios culturais dessa área, ampliando a pressão política acerca da proteção dos traços culturais do povo islâmico (OLD..., 2007).

Um dos pontos de maior disputa política na Cidade de Al-Quds Al-Sharif é a Mesquita de Al Aqsa, considerada o terceiro lugar mais sagrado do Islã, sendo o símbolo da resistência palestina. Dentre os diversos capítulos recentes do conflito

entre Israel e Palestina, destacam-se: a invasão de Al Aqsa por ultrarradicais judeus em agosto de 2019 (OVER..., 2019); os protestos palestinos nessa mesquita contra a transferência da embaixada americana para Jerusalém (IBRAHIM, 2020); e, em novembro de 2020, o banimento do diretor de Al Aqsa do templo por seis meses pelo governo israelense, sem emitir um pronunciamento quanto aos motivos (ISRAEL..., 2020).

Assim, a ISESCO se torna ainda mais fundamental ao pôr em pauta em nível universal questões da *Umma*, ao levar pontos de receios comuns à comunidade islâmica – da África, Mundo Árabe e Ásia – para debate dentro de fóruns onusianos (ISESCO, 2019b). Um claro exemplo disso é que o novo acordo de cooperação entre a ISESCO e a UNESCO definiu como prioridade entre as duas organizações a preservação do patrimônio cultural islâmico nas áreas do Mundo Árabe e da África. Ademais, nas diversas resoluções que tratam do conflito Palestino-Israelense no âmbito da OIC, a cidade de Al-Quds Al-Sharif tem um papel destaque, que reflete a importância transcendental dos elementos culturais-religiosos islâmicos de Jerusalém (OIC, 2006). Nesse sentido, embora a nomenclatura islâmica não ecoe no sistema universalista das Nações Unidas, ainda assim fica evidente que os esforços da organização muçulmana levam à pauta à questão da ocupação da Palestina por Israel, especialmente de Jerusalém.

## 4 Conclusão

A marginalização de culturas não-ocidentais, assim como de sua proteção e relevância, é um padrão sucessivo na estruturação de órgãos declarados internacionais e universais. Entretanto, ao observar através da lente pós-colonial os retratos atuais do Sistema Internacional, paralelamente ao surgimento de instituições com foco em interesses regionais, demonstra-se o déficit do Sistema ONU em corresponder à propensão universalista que foi cunhada em sua criação. Assim, a ISESCO rompe com o modelo ocidentalizado garantindo a proteção e a revitalização de patrimônios históricos, formatando seus próprios conceitos e criando um recurso islâmico para os interesses da *Umma*, em substituição às resoluções que reproduziam valores colonialistas com relação às dificuldades encarados pelo povo islâmico.

A falta de uma representatividade compulsória dos interesses e necessidades da cultura islâmica, causada pela própria estrutura estabelecida pela Convenção de 1972 da UNESCO, demonstra a relevância do papel da ISESCO na proteção e revitalização do patrimônio da *Umma*, assim como na perpetuação da cultura e tradição islâmica, constantemente subjugadas. A UNESCO, mesmo pressupondo um caráter universal, encontra-se incapaz de atender às necessidades específicas de povos que não compõem o centro do Sistema Internacional, subjugando heranças islâmicas em sua lista de patrimônios, centralizado na proteção de obras que fortalecem e contribuem para valores ocidentais, incluindo a insuficiência de ferramentas fornecidas pela UNESCO para a preservação da Cidade sagrada de Al-Quds Al-Sharif, capital cultural da ISESCO e importante local para a *Umma*.

A organização islâmica se propõe a proteger a história da civilização muçulmana de uma forma mais permanente que a UNESCO, adequando-se às necessidades de uma cultura marginalizada pela sociedade ocidental e consertando as possíveis falhas de uma imposição colonial a povos que não se encaixam nesse padrão universalista. A Declaração sobre o Patrimônio Histórico da ISESCO, entretanto, não se propõe a substituir integralmente a Convenção de 1972 da UNESCO, mas sim apenas complementá-la e adequá-la aos padrões requisitados pelo islamismo, indicado no Artigo 3:

A Declaração na Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Mundo Islâmico adere à, realça e complementa o que foi acordado pela estrutura da UNESCO acerca da proteção da propriedade cultural material e imaterial. Em nenhum caso deve ser interpretado como uma oposição ou contradição das provisões desta mesma (ISESCO, 2017, p. 7, tradução nossa<sup>14</sup>).

Ademais, fica perceptível o papel de complementaridade da ISESCO em relação à UNESCO quanto às suas funções pragmáticas. A lista de patrimônios culturais do mundo islâmico, embora tenha um rol menor de locais protegidos, abrange essencialmente os símbolos da cultura muçulmana que não foram reconhecidos pela UNESCO, evitando não apenas uma sobreposição de competências, mas também uma ampliação do trabalho burocrático. Isso, contudo, também se mostra

14 No original: “Art. 3 Relationship between this Declaration, national laws and international instruments: The “Islamic Declaration on Safeguarding Cultural Heritage in the Islamic World” adheres to, enhances and complements what has been agreed upon within the framework of UNESCO concerning the protection of tangible and intangible cultural property. In no case should it be interpreted as opposing or contradicting the provisions thereof”.

uma função política da organização, ao denunciar omissões da instituição onusiana quanto às questões fundamentais dos “Outros”, ao abrir um fórum cuja principal função é dar voz àqueles que foram subjugados. Ademais, a complementaridade ainda é visível nos acordos de cooperação para inserir os patrimônios do mundo islâmico como patrimônios da humanidade. Por fim, o caráter de complementaridade também é tangível no que se refere aos esforços conjuntos dessas organizações para a proteção da Cidade de Al-Quds Al-Sharif/Jerusalém antiga, inclusive em sua dimensão de símbolo da fé islâmica.

Como agente político, ainda, a ISESCO extrapola o papel de complementaridade que estipula em sua Declaração na Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Mundo Islâmico (2017). Como trazido por Said (2003) e Agnew (1998), a ISESCO converte-se num expoente local de fala para o povo subalternizado ao se propor como um agente político coordenado ao sistema universalista da UNESCO, não mais criando a narrativa binária de complementaridade ou substituição. Em outras palavras, a ISESCO triunfa ao se propor um espaço de debate para problemas regionais comuns à *Umma*; assim, ao ser um local de fala dos subalternizados, o consenso entre os problemas permite que se potencialize discussão de tais pontos nas instituições de caráter internacional, criando importantes sistemas de cooperação com organizações como a UNESCO.

A ISESCO, portanto, não se encontra como antípoda às instituições onusianas, mas sim, como acrescência às responsabilidades de proteção do patrimônio por parte da UNESCO, procurando aproximar a realidade e as singularidades da *Umma* do centro de ação e trabalho. A atuação da ISESCO representa, de certo modo, a luta do “Outro” para que sua história se perpetue, consagrando sua herança cultural como forma de transpassar os entraves impostos por uma estrutura que permanece perpetuando a ideia de superioridade ocidental.

### **Islamic Educational, Scientific and Cultural Organization: a Space of the “Other”, Complementary or Substitute to United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization?**

**Abstract:** The Islamic Organization for Education, Science and Culture (ISESCO) proposes to act as an international body dedicated to the



protection, maintenance, and enhancement of Islamic culture. This article aims to study the role of this International Organization (IO) using the post-colonial theoretical approach to define the validity of the presence of an exclusively Muslim agent to represent the interests of this culture which was subordinated. Thus, ISESCO's position on the question of the cultural heritage of the Islamic world in relation to the universalist and internationally consolidated United Nations body focused on cultural aspects is pondered, discussing whether the Islamic organization proposes itself as a substitute or complementary body to the role of UNESCO.

**Keywords:** ISESCO. Post-colonialism. Cultural Heritage. UNESCO.

## Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGNEW, John. **Geopolitics: Re-visioning World Politics**. Londres: Routledge, 1998.

AL QUDS Al Sarif & Palestine. **The Islamic World Educational, Scientific and Cultural Organization (ISESCO)**, 2019. Disponível em: <https://www.isesco.org.ma/al-quds-al-sharif-palestine/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

ALMALIK and Azoulay sign a cooperation agreement between ISESCO and UNESCO. **The Islamic World Educational, Scientific and Cultural Organization (ICESCO)**, 2019. Disponível em: <https://www.icesco.org/en/2019/11/19/almalik-and-azoulay-sign-a-cooperation-agreement-between-icesco-and-unesco/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-33522013000200004-&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-33522013000200004-&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 31 out. 2020.

CARVALHO, Bruno Sciberras de. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 42-60, 2010.

CHAKRABORTY, Arpita. Can Postcolonial Feminism Revive International Relations?. **Economic & Political WEEKLY**, Dublin, v. 52, n. 20, p. 51-57, maio 2017.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

**CONVENÇÃO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. 16 de novembro de 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

GROVOGUI, Siba N. Postcolonialism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 247-265.

IBRAHIM, Arwa. 'Not an inch': Palestinians at Al-Aqsa vow to fight Trump's. **Al Jazeera**, Jerusalém, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/1/31/not-an-inch-palestinians-at-al-aqsa-vow-to-fight-trumps-plan>. Acesso em: 05 nov. 2020.

ISRAEL bans deputy director from Al-Aqsa Mosque. **Middle East Monitor**, 05 nov. 2020. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20201105-israel-bans-deputy-director-from-al-aqsa-mosque/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

JONES, Branwen Gruffydd. **Decolonizing International Relations**. Reino Unido: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

LE DIRECTEUR général de l'ISESCO invite les Etats du monde islamique à inscrire leurs sites patrimoniaux sur la Liste du patrimoine. **Organisation du Monde Islamique pour l'Education, les Sciences et la Culture (ICESCO)**, 2019. Disponível em: <https://www.icesco.org/fr/2019/12/17/le-directeur-general-de-lisESCO-invite-les-etats-du-monde-islamique-a-inscrire-leurs-sites-patrimoniaux-sur-la-liste-du-patrimoine/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

MESKELL, Lynn; LIUZZA, Claudia; BROWN, Nicholas. World Heritage Regionalism: UNESCO from Europe to Asia. **International Journal of Cultural Property**, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 437-470, 2015. Disponível em: [researchgate.net/.publication/286509797\\_World\\_Heritage\\_Regionalism\\_UNESCO\\_from\\_Europe\\_to\\_Asia](https://www.researchgate.net/publication/286509797_World_Heritage_Regionalism_UNESCO_from_Europe_to_Asia). Acesso em: 26 jul. 2020.

OLD City of Jerusalem: Publication of UNESCO’s technical mission Report.

**United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**

**(UNESCO)**, 2007. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/news/315/>.

Acesso em: 11 nov. 2019.

OVER 1,700 settlers storm the Al-Aqsa mosque. **Middle East Monitor**, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20190812-over-1700-settlers-storm-the-al-aqsa-mosque/>. Acesso em: 05 nov. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **World Heritage List**. 2019a. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/?order=region&type=cultural>. Acesso em: 11 de nov. de 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **World Heritage List Statistics**. 2019b. Disponível em <https://whc.unesco.org/en/list/stat>. Acesso em: 11 de nov. de 2019.

ISLAMIC WORLD EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (ISESCO). Islamic Heritage Committee. **First Meeting of the Islamic Heritage Committee**. 15-16 de setembro de 2010. Disponível em: <https://www.isesco.org.ma/wp-content/uploads/2015/05/ijtima1.pdf>. Acesso em: 11 de nov. de 2019.

ISLAMIC WORLD EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (ISESCO). **Islamic World Heritage List**. 2015. Disponível em: [https://www.isesco.org.ma/wp-content/uploads/2015/05/list\\_en1.pdf](https://www.isesco.org.ma/wp-content/uploads/2015/05/list_en1.pdf). Acesso em: 13 nov. 2019.

ISLAMIC WORLD EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (ISESCO). **Islamic Declaration on Safeguarding Cultural Heritage in the Islamic World**. 21-23 de novembro de 2017. Disponível em <https://www.isesco.org.ma/wp-content/uploads/2017/11/Declaration-safeguarding-Cultural-Heritage-Islamic-World-iccm10-khartoum-EN.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

ORGANIZATION FOR ISLAMIC COOPERATION (OIC). **Report of the General Secretary on the Cause of Palestine, al Quds al Sharif and the Arab Israeli Conflict submitted to the Annual Coordination Meeting of Foreign Ministers of the OIC Member States**. 27 de setembro de 2006. Retirado do site das Nações Unidas (non-UN document). Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-204368/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2003.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia do Bolso, 2011.

SHEEHI, Stephen. **Foundations of Modern Arab Identity**. Gainesville: University Press of Florida, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty et al. **Can the subaltern speak?:** reflections on the history of an idea, p. 21-78, 1988.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty . **The Spivak Reader:** selected works of Gayatri Chakravorty Spivak. Explanation and Culture: Marginalia, p. 29-52, 1996.

TOMLINSON, John. Cultural Imperialism. **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Globalization**, Chicester. 2012.

UMMAH. *In*: The Oxford Dictionary of Isla. Oxford: Oxford Islamic Studies Online. Disponível em: <http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2427>. Acesso em: 11 nov. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **European Universalism: The Rhetoric of Power**. Nova York: New Press, 2006.